



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Política social e gestão de serviços sociais 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: Word Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-29-4
 DOI 10.22533/at.ed.294200903

1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra intitulada “**Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2**” apresenta a continuidade da discussão presente no primeiro livro, que além de abordar aspectos relacionados a Política Social e Gestão de Serviços Sociais evidenciou o processo de trabalho do Assistente Social. O segundo livro reúne uma coletânea, ainda maior que o primeiro, composta por 29 artigos.

Na atualidade, a conjuntura brasileira tem apresentado limitações expressivas desde a elaboração até a garantia da execução das políticas sociais públicas, sobretudo pelo direcionamento do Estado. Mas, é importante salientar que existem diferentes concepções sobre Estado e Política Social, que perpassam também sobre as modificações societárias e possibilitam uma espécie de pluralidade acerca deste tema.

Aos leitores, não assistentes sociais ou envoltos a esta profissão, cabe situar que o Serviço Social é uma profissão norteadas por legislações específicas e por um Código de Ética Profissional, que determina atribuições profissionais assegurando que é sua competência “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais”, mas, apresenta-se como um desafio no cotidiano profissional, sobretudo se considerarmos o contexto já exposto das políticas sociais. Por isso, é ainda mais importante a publicação de trabalhos que versam sobre esta temática, tais como aqui serão apresentados.

Este exemplar exhibe diferentes assuntos correlacionados a Política Social, mas com vieses e abordagens divergentes, fator comum a esta narrativa. Para a construção dos respectivos artigos os autores utilizaram diversas metodologias, como por exemplo, pesquisas bibliográficas, análise documental, pesquisas de campo e realização de entrevista, entre outras.

A fim de alinhar a apresentação dos estudos, novamente, optou-se pela divisão dos assuntos por blocos inter-relacionados.

O primeiro bloco trata-se do “**Estado e Políticas Sociais do Brasil: contextos, análises e discussões**” que expõe trabalhos relacionados ao Estado e a Política Social no Brasil. Inicialmente refletindo a divisão social da sociedade capitalista, a fim de subsidiar as discussões seguintes que tratam da política social e das categorias presentes em diferentes políticas públicas.

O segundo intitulado “**Política Nacional e Internacional: análises e perspectivas**” apresenta abordagem nacional e internacional, com ênfase na análise da política de guerra as drogas e no microsseguro.

E o terceiro foi nomeado “**Serviço Social Brasileiro: formação profissional e experiências do estágio supervisionado**” e trata da formação profissional do Serviço Social e expõe as experiências avindas do campo de estágio e da supervisão

acadêmica.

Já o quarto, e, último bloco, “**Serviço Social Brasileiro: mercado de trabalho e outras tendências contemporâneas da profissão**” evidencia o mercado de trabalho do Assistente Social no Brasil e suas tendências, principalmente apontando o agravamento das expressões da “questão social”, os rebatimentos no processo de trabalho e outras discussões contemporâneas que perpassam esta profissão.

Por fim, e não menos importante, percebe-se que os autores deste livro advêm de diversos estados, com distintas experiências, formações profissionais e institucionais. Logo, as variadas perspectivas geram abordagens plurais, que positivamente influem no enriquecimento e na qualidade deste material. De mais a mais, espera-se que este livro acresça o debate contemporâneo da Política Social e a formação/atualização profissional dxs Assistentes Sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS DO BRASIL: CONTEXTOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

CAPÍTULO 1 1

CONSERVADORISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES

[Jamerson Murillo Anunciação de Souza](#)

[Marcelly Batista de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009031

CAPÍTULO 2 12

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E OS DESAFIOS FRENTE AO DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

[Mariane Rodrigues Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009032

CAPÍTULO 3 23

PROTEÇÃO SOCIAL: EXCURSO BIBLIOGRÁFICO SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE RECONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO

[Thaís Gaspar Mendes da Silva](#)

[Neide Aparecida de Souza Lehfeld](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009033

CAPÍTULO 4 34

QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE E NOVOS DESAFIOS A TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO BRASIL

[Paula Maria do Nascimento Masulo](#)

[Maria Dione Carvalho de Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009034

CAPÍTULO 5 46

ESCRavidão CONTEMPORânea E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEIO DE GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

[Sara de Oliveira Sousa](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009035

CAPÍTULO 6 56

IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS: REFLEXOS DE UMA DESIGUALDADE DE GÊNERO

[Ariele França de Melo](#)

[Andressa Sonja Pereira de Castro](#)

[Jéssica Katariny Oliveira da Silva](#)

[Shirlany Sayonara França Bezerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009036

CAPÍTULO 7 63

TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E PAPÉIS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

[Suzane Rodrigues da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009037

CAPÍTULO 8 75

AS AMEAÇAS AO CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

[Jinadiene da Silva Soares Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009038

CAPÍTULO 9 88

APOIO MATRICIAL E INSTITUCIONAL ENTRE REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS AO SUS E AO SUAS

[Fabiana Nunes Merhy-Silva](#)

[Eduardo Mourão Vasconcelos](#)

[Gastão Wagner de Sousa Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009039

CAPÍTULO 10 103

OS DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH)

[Maria Roberta Medeiros Angelim](#)

[Sandra Amélia Sampaio Silveira](#)

[Lúcia Maria Patriota](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090310

CAPÍTULO 11 115

AS CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL E A PERSPECTIVA NEOCONSERVADORA E OS DESMONTES DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

[Adriano Pereira Basilo de Oliveira](#)

[Moisés Maia Rangel](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090311

CAPÍTULO 12 128

GESTÃO PEDAGÓGICA PARTICIPATIVA EM UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

[Simone Martiningui Onzi](#)

[Daianny Madalena Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090312

CAPÍTULO 13 143

RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EGRESSOS DE ESCOLA PÚBLICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

[Eliana Almeida Soares Ganam](#)

[Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090313

POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL: ANÁLISES E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 14 155

A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: TRABALHADORES DO TRÁFICO

[Mayara Maria Alonge dos Santos](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090314

CAPÍTULO 15 170

ANÁLISE DA VIABILIDADE DO MICROSSEGURO EM PORTUGAL

Vitor Miguel Monteiro Marques

Jorge Miguel Ventura Bravo

DOI 10.22533/at.ed.29420090315

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIAS
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

CAPÍTULO 16 184

ENTRE NÓS E FIOS: REFLEXÕES SOBRE OS ENTRAVES E ESTRATÉGIAS PARA A
REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Márcia Toledo Salvaia

DOI 10.22533/at.ed.29420090316

CAPÍTULO 17 194

DIMENSÃO INVESTIGATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE DISCENTES INSERIDOS NO ESTÁGIO
CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Patrícia Albuquerque de Oliveira Rocha

Franciele Santos Mendonça

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.29420090317

CAPÍTULO 18 208

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM
PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS

Jaqueline de Melo Barros

Gabriellen da Costa Lourenço

Hegles Pereira do Nascimento

Nathália de Jesus Januário Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.29420090318

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: MERCADO DE TRABALHO E OUTRAS
TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PROFISSÃO**

CAPÍTULO 19 217

DA CRISE À INVIABILIZAÇÃO? DEBATE SOBRE A CRISE DA HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-
POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Ivelize Oliveira Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.29420090319

CAPÍTULO 20 231

DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
CONTRARREFORMA: DO DOMÍNIO ÀS POSSIBILIDADES DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Giliane Alves de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.29420090320

CAPÍTULO 21 243

INDICADOR: UM DESAFIO POSSÍVEL PARA A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO

SOCIAL

Roberta Vilela Moreno
Vânia de Sousa Costa
Neide Anselmo de Oliveira
Maria Teresa Di Sessa Pandolfo Queiroga Ribeiro
Elaine Fonseca Amaral da Silva
Virgínia Corrêa Pinheiro
Kátia Campos dos Anjos
Angela Maria Agostinho de Melo
Andreia Santos Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.29420090321

CAPÍTULO 22 254

TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: APROXIMAÇÕES INICIAIS AOS INDICADORES NACIONAIS, ESTADUAIS E REGIONAIS

Carlos Antonio de Souza Moraes
Gabriela Mendes Moreira Schocair

DOI 10.22533/at.ed.29420090322

CAPÍTULO 23 269

SEGURANÇA NO TRÂNSITO: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Bruna Mariana Oliveira dos Santos Moura
Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.29420090323

CAPÍTULO 24 282

NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU! REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DOS CRAS E CREAS DE DUQUE DE CAXIAS

Liandra Lima Carvalho
Aine Layza Ferreira de Lima Franco
Amanda Silva Pereira
Andrew da Silva Pinheiro Santos
Bruna da Silva Costa
Celeide Blanco Ferreira
Cristiane de Faria Mariano
Fabiana Gonçalves da Silva
Glaucia Vianna dos Santos
Isamara Dias dos Santos
Michelle da Silva Pereira Charret
Noemi Carvalho de Lima
Roselene Thomaz Cardoso de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.29420090324

CAPÍTULO 25 293

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS-RJ

Sueli do Nascimento
Geovana Nogueira da Silva Cappelle do Valle
Rafaela Bastos
Thaína Guadepule Simões

DOI 10.22533/at.ed.29420090325

CAPÍTULO 26	306
SERVIÇO SOCIAL; MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	
Mayra Hellen Vieira de Andrade Maria Gabrielle Chaves Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento Maria Gabriella Florencio Ferreira Laianny Cordeiro Silva de Souza Thayane de Vasconcelos Soares Nathália Pereira Paredes	
DOI 10.22533/at.ed.29420090326	
CAPÍTULO 27	313
CONCEPÇÃO E INSTRUMENTALIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DO CUIDADO COM FAMÍLIA	
Gisele Justiniano de Faria Martins Aurea Bastos Davet	
DOI 10.22533/at.ed.29420090327	
CAPÍTULO 28	326
UM OLHAR SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E O CAMPO SÓCIO JURÍDICO	
Gabriela Santos Gomes Pedro Leonardo Cedrola Vieira Karolayne Gomes Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.29420090328	
CAPÍTULO 29	338
A ESCOLHA POR COR/RAÇA NO PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS	
Ana Lucia Oliveira Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.29420090329	
SOBRE A ORGANIZADORA	350
ÍNDICE REMISSIVO	351

TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E PAPÉIS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Data de aceite: 25/02/2020

BOLSA FAMILIA PROGRAM

Suzane Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Maranhão
São Luís-MA

RESUMO: O presente artigo traz um recorte da monografia 'O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: um recorte de gênero e empoderamento feminino' que teve como objetivo geral analisar o Programa Bolsa Família através do recorte de gênero e empoderamento feminino. Especificamente objetivou-se discutir o que é gênero, bem como compreender a estratégia do Programa Bolsa Família tendo em vista à priorização do repasse do recurso financeiro a mulher. Como resultado se observou que o repasse do recurso financeiro a mulher reafirma a ideologia patriarcal, ao reforçar os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres em relação ao cuidado familiar e materno.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família; gênero; empoderamento feminino; geração de renda.

CONDITIONED TRANSFER OF INCOME AND
GENDER ROLES: AN ANALYSIS OF THE

ABSTRACT: This article presents a clipping of the monograph 'THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: A Gender Cut and Female Empowerment', whose general objective was to analyze the Bolsa Família Program through gender cutting and female empowerment. Specifically, the objective was to discuss what gender is, as well as to understand the strategy of the Family Grant Program in order to prioritize the transfer of the financial resources to women. As a result, it was observed that the transfer of financial resources to women reaffirms the patriarchal ideology, reinforcing the roles traditionally attributed to women in relation to family and maternal care.

KEYWORDS: Bolsa Família Program; gender; female empowerment; income generation.

1 | INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) é gerido pela coordenação nacional da Secretaria de Renda de Cidadania partícipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), o programa tem como uma de suas propostas a proteção da família, geralmente representada pela mãe, bem como a simplificação do acesso

dos participantes do programa em referência aos benefícios disponibilizados pelo mesmo (LIMA *et al*, 2008).

Diante do protagonismo feminino no âmbito do PBF é possível observar, que a renda repassada pelo programa tem ampliado o universo das escolhas objetivas para suas beneficiárias, possibilitando o início de uma caminhada rumo à autonomia mais ampla, no entanto para que esta se concretize plenamente é necessário um conjunto de condições políticas, sociais e econômicas (IORIO, 2002).

A situação de desemprego que afeta milhares de brasileiros no atual contexto, tem levado muitos sujeitos a se submeterem a trabalhos precarizados, marcados pela elasticidade da renda. Nesse contexto, o governo tem fomentado estratégias incentivadoras do microempreendedorismo, apontando-as como uma das principais alternativas para a entrada dos beneficiários do PBF no mercado de trabalho formal (MOREIRA, 2013).

Nesse trabalho são feitas algumas considerações a respeito das relações de gênero que perpassam o PBF, chamando atenção para a particularidade feminina no bojo das mesmas, em seguida são apresentadas as particularidades assumidas pelo trabalho e pela renda no interior do programa em referência e, por fim se discute sobre as possibilidades de empoderamento para as beneficiárias do PBF.

2 | AS MULHERES E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A partir de 1990 a família passou a assumir centralidade no âmbito da política de Assistência Social e seus respectivos programas sociais, a exemplo, do PBF. Neste programa as mulheres são tomadas como as principais representantes de seu grupo familiar, todavia isso não tem gerado valorização social suficiente para emancipá-las das inúmeras desigualdades que vivenciam no bojo das relações sociais que se inserem, pois o PBF tem reforçado as funções de gênero tradicionalmente atribuídas às mulheres, funções essas que em geral se voltam às atividades ligadas à maternidade (MARIANO, 2012).

Convém evidenciar a existência de ideias conflitantes no interior do programa, pois ao mesmo tempo em que as mulheres são convidadas a assumirem as responsabilidades referentes ao bem-estar de seu núcleo familiar, papéis que naturalizam a subordinação feminina, estas são incentivadas a usufruir de uma maior autonomia no interior das relações interpessoais que se encontram, tendo em vista a superação das relações de dominação/opressão vivenciadas por elas (KLEIN, 2005).

As resistências efetivadas por algumas mulheres em relação à opressão vivenciada no bojo das relações interpessoais que se inserem, trazem consigo

a possibilidade de transformação das desigualdades existentes entre os sexos. Contudo, se tem observado que esta resistência ainda não tem força coletiva, uma vez que parte de algumas mulheres e não de todas, pois na maioria dos arranjos familiares- que são tradicionais- brasileiros a voz de comando pertence ao homem e somente na sua ausência é que as mulheres exercem autoridade máxima (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

O documentário *Severinas*, reproduzido pela Agência pública, expressou a legitimidade que a dominação masculina possui no contexto brasileiro, neste é possível se observar a forma como os sujeitos, especificamente as mulheres beneficiárias do PBF, compreendem e se posicionam frente às situações de dominação/opressão patriarcal. O primeiro entrevistado que não foi identificado, na condição de chefe de família, expressou que as mulheres devem se atentar à sua qualidade, que é inferior à masculina e respeitar a condição dos homens que é superior à delas. Outra entrevistada identificada como Norma, diante do mesmo questionamento se expressou da seguinte forma: “(...) não tive a sorte (...) de pegar um marido bom pra me dar valor”, além disso, ela compreendia que a dominação/opressão que sofria do marido era algo que não poderia ser alterado, uma vez que era seu destino permanecer naquela situação (SEVERINAS, 2013).

A mulher é enxergada no âmbito do PBF a partir do desenvolvimento das funções relativas à maternidade e do cuidado para com o lar, importa ressaltar que mesmo que estas funções não sejam desenvolvidas pela mãe, geralmente elas são desenvolvidas por outra mulher, a saber, a tia, a avó, a irmã mais velha da criança ou adolescente beneficiário do programa. Nesse sentido, os papéis relativos ao cuidado resguardam um corte de gênero no âmbito do programa em referência (CARLOTO; MARIANO, 2010).

O discurso estatal ao longo dos anos tem apontado as mulheres como seres da reprodução social. Estas, na condição de principais representantes do seu núcleo familiar no âmbito dos programas de transferência de renda, têm sua condição de beneficiária reconfigurada pela ação reguladora do Estado, que visa proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista (KLEIN, 2005).

Tenha-se presente que o discurso faz uso da linguagem para reproduzir um conjunto de saberes que caracterizam as relações sociais, verdades históricas entre outros elementos que constituem o social e o cultural em um determinado espaço/tempo (FOUCAULT, 2000 *apud* KLEIN, 2005). Para se analisar tais verdades é necessário perceber quem são os sujeitos que possuem a voz de comando, bem como as ideologias hegemônicas em um contexto social específico. Nesse sentido, o debate crítico sobre a noção de maternidade adotada pelo PBF, implica no questionamento e na identificação dos pressupostos e intencionalidades que

envolvem as estratégias usadas pelo programa, para alcançar um grande contingente de mulheres/mães (KLEIN, 2005).

No contexto brasileiro o discurso estatal sobre os papéis relativos à maternidade, tem incentivado as mulheres a se responsabilizarem pelo desenvolvimento das funções relativas ao cuidado da saúde e educação de seus filhos, estas e outras questões são reafirmadas pelo PBF, pois neste as mulheres são enxergadas como sujeitos indispensáveis para o cumprimento das condicionalidades do programa, ao desenvolverem as funções relativas à proteção, acompanhamento e fiscalização das atividades voltadas à educação e saúde de seus filhos (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

Dessas mulheres se exige o cumprimento das responsabilidades vinculadas aos papéis de gênero atribuídos tradicionalmente às mesmas, como a garantia da frequência regular de seus filhos, a saber, 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 75% para aqueles que possuem entre 16 e 17 anos, bem como o acompanhamento da agenda de saúde e nutrição para as famílias que tenham em sua composição gestantes, nutrizes e/ou crianças menores de 7 anos (LIMA *et al*, 2008).

No município de São Luís do Maranhão em 2009 foram entrevistadas (no livro *Vozes do Bolsa Família* há um capítulo reservado às entrevistas feitas pelos autores, com algumas beneficiárias do PBF no período que vai de 2006 a 2011) algumas mulheres beneficiárias do PBF, ao serem indagadas sobre a importância de se ter o cartão do programa no nome da mulher, estas compreendiam que o recurso deveria ser repassado à mulher por conta da sua capacidade de resolver os problemas familiares, some-se a esta, outras percepções como a de Dona Fátima de 60 anos de idade, que apresentou o seguinte posicionamento em relação à titularidade feminina no PBF “Olha, esse dinheiro é meu, o Lula deu para mim cuidar dos meus filhos e netos, para que eu vou dar para o meu marido agora? Dou Não!” (REGO; PINZANI, 2014, p. 151).

Estes posicionamentos demonstram que o recurso repassado pelo PBF é compreendido por estas beneficiárias como uma benesse, um ato de bondade do governo e não como um direito viabilizado pelo Estado. Some-se a isso o entendimento que as entrevistadas possuem acerca dos estereótipos de gênero que envolvem as mulheres, é possível perceber que os papéis de gênero determinados pelo sistema patriarcal são naturalizados por elas, uma vez que as mesmas compreendem tais papéis como competências inatas à mulher.

É necessário salientar que o patriarcalismo tem reservado tradicionalmente a esfera pública e o domínio do âmbito econômico ao homem, legitimando-o socialmente como o provedor das necessidades materiais de sua família, para a mulher é reservado o espaço doméstico, bem como o desenvolvimento de

atividades relativas ao cuidado para com os membros de sua família (DE OLIVEIRA NASCIMENTO, 2016). Embora tais características não se configurem um padrão presente em todos os arranjos familiares, na grande maioria destes elas ainda se mostram dominantes, sobretudo nas famílias em condições de pobreza/extrema pobreza conforme explicita a seguinte afirmação:

Estudos recentes sobre os pobres urbanos mostram (...) a força simbólica desses padrões ainda hoje, reafirmando a autoridade masculina pelo papel central do homem como mediação com o mundo externo, e fragilizando socialmente a família onde não há um homem, provedor, de teto, alimento e respeito (SARTI, 2005 *apud* MARIANO, 2010, p. 6).

Assim, para a sociedade quando a mulher passa a ser o sujeito que intermedia ações entre o espaço público e privado, que é o caso da maioria das beneficiárias do PBF, o núcleo familiar da qual esta faz parte expressa fragilidade, pois o homem enquanto provedor fracassou em sua função de conferir o sustento de sua família. Dessa forma, quando as mulheres procuram pelos serviços assistenciais objetivando a satisfação das necessidades de sua família, esta se torna uma situação socialmente menos vexatória quando comparadas aos homens, daí porque majoritariamente as demandas atendidas pelo PBF são demarcadas por iniciativas femininas (CARLOTO; MARIANO, 2010).

Ademais a centralidade feminina no PBF acaba por reafirmar percepções conservadoras que atribuem a homens e mulheres diferentes posições sociais, conferindo as últimas posições de subalternidade. Os gestores do programa têm delegado o cumprimento das condicionalidades do PBF às mulheres, como se o desenvolvimento das atividades referentes ao cuidado, à educação e a saúde das crianças fosse uma extensão das mesmas (KLEIN, 2005).

A partir do que já foi exposto percebe-se que o PBF tem perpetuado as desigualdades que perpassam as relações sociais existentes entre homens e mulheres, colocando-as como as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos, contribuindo para a “construção de uma masculinidade desobrigada de ocupar-se e responsabilizar-se pelos/as filhos/as que ajuda a gerar” (KLEIN, 2005, p. 50).

A efetivação de transformações nas relações de gênero dentro do PBF exige um reconhecimento da mulher na condição de cidadã, e não apenas como representante de seu grupo familiar, isso demanda o questionamento da subalternidade que marca a posição social da mulher na sociedade capitalista. A discussão da categoria subalternidade a partir do viés marxista se faz necessária no bojo do PBF, tendo em vista o desenvolvimento de ações políticas que contribuam para a efetivação da cidadania plena de suas beneficiárias. Nesse contexto, se faz necessária a construção de estratégias que visem à geração de trabalho e renda, para que estas alcancem maiores níveis de independência no âmbito das relações interpessoais

que se inserem.

3 | O TRABALHO E A RENDA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM DEBATE CRÍTICO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

O dinheiro é o elemento mais móvel de todos conferindo mobilidade em diferentes níveis aos sujeitos que dele usufruem. É válido se pontuar que sem mobilidade não se pode conceber os direitos e nem a liberdade, pois a liberdade de expressão, de locomoção, o direito a vida e a propriedade tem a mobilidade como prerrogativa necessária. O próprio sistema capitalista não existiria sem a mobilidade que o capital possui de livre trânsito de mercadoria, de pessoas, de informações entre outros fatores (SIMMEL, 1997 *apud* DOS SANTOS, 2007).

O acesso à renda via PBF por si só não tem sido capaz de retirar as beneficiárias do programa da condição de pobreza, uma vez que o valor repassado ainda é muito pequeno para dar conta da totalidade de suas necessidades, porém não se pode perder de vista que o recebimento regular de uma renda significa um universo de possibilidades para as mesmas, na medida em que o direito de escolha delas se amplia, exercendo-o desde a opção de comprar um alimento em detrimento de outro, até a compra de bens materiais para uso pessoal. Nesse sentido, o recebimento do recurso monetário via PBF representa para as mesmas a possibilidade de começar a caminhar rumo à independência (REGO; PINZANI, 2014).

Importa destacar que uma significativa parte dos beneficiários do PBF se encontra desempregados, vários foram os fatores que os levaram a tal condição, no caso das beneficiárias do programa muitas alegaram que o fato de casarem ainda jovens e de terem se tornado mães logo em seguida, se constituíram entraves para o acesso e permanência no mercado de trabalho formal. Dessa forma, para sobreviverem elas e os maridos desenvolviam atividades no setor informal da economia, por conta da falta de escolarização e qualificação profissional para competir por postos de trabalho melhores, entre outros fatores (REGO; PINZANI, 2014).

A figura 1 ilustra o gráfico que contém informações sobre o nível de escolaridade dos beneficiários do programa em referência, destes 10% concluíram o Ensino Médio e 10% concluíram o Ensino Fundamental, 36% não tinham concluído o Ensino Fundamental, 26% não possuíam instrução, 18% concluíram o Ensino Médio (MDSA, 2017).

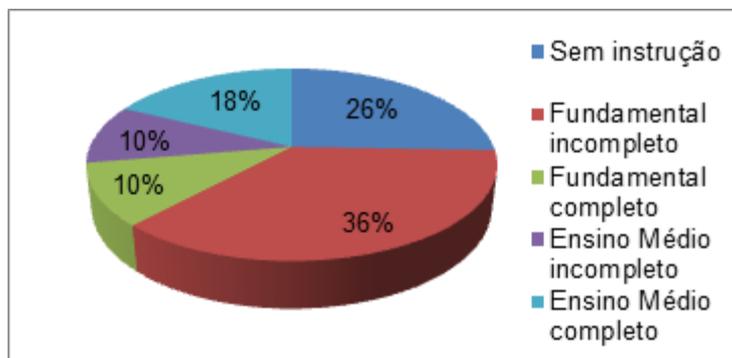


Figura 1 - Gráfico da escolaridade dos beneficiários do PBF.Fevereiro 2017.

Fonte: (MDSA, 2017). Elaboração própria.

Uma vez que a maioria dos beneficiários do PBF possuía o Ensino Fundamental incompleto, cabe uma análise mais detalhada deste universo a partir de uma perspectiva de gênero, nesse sentido o MDSA mostrou que no mesmo período em referência 75,2% das mulheres titulares do programa eram apenas alfabetizadas, 16,7% tinham cursado até o terceiro ano e somente 2,5% tinham concluído Ensino Fundamental (MDSA, 2017).

O baixo nível de escolaridade traz impactos significativos em relação à inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, bem como em relação aos rendimentos salariais auferidos pelos mesmos. Ao analisar o público-alvo do PBF em fevereiro de 2017, o MDSA apontou que no Brasil 47,1% dos beneficiários do programa auferiam mensalmente de seu trabalho R\$ 85,00, 16,6% ganhavam entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00 e 26,3% ganhavam entre R\$ 170,00 e ½ salário mínimo. A partir dos valores apontados pode-se inferir que estes rendimentos não advêm de empregos situados no mercado de trabalho formal, mas de modalidades ocupacionais situadas na informalidade (MDSA, 2017).

A informalidade caracteriza a inserção no mercado de trabalho de uma parcela significativa das beneficiárias do PBF, contudo a renda que estas angariam do trabalho irregular não é suficiente para atender todas as demandas de sua família. Nesse contexto, o recurso repassado pelo programa tem complementado os rendimentos auferidos por elas, das modalidades ocupacionais situadas no mercado de trabalho informal (REGO; PINZANI, 2014).

Importa analisar os efeitos do PBF no mercado de trabalho, existe uma crença social de que o repasse do recurso monetário gera desincentivo ao trabalho. O secretário nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ao ser indagado sobre o que achava das críticas feitas ao PBF, de que este dava o peixe, mas não ensinava a pescar afirmou que:

(...) Essa coisa de ensinar a pescar é bobagem no sentido de que o cidadão é pobre porque ele não sabe das coisas. Não é assim. Isso é um ponto de vista cruelmente patronal. Os empregadores sempre almejam ter disponíveis

empregados que já tenham experiência. As pessoas são pobres por razões estruturais e históricas, que já vêm de séculos. Para que ele deixe de ser pobre, são necessárias medidas estruturais como redistribuição de terra, reforma agrária, investimentos em educação (SINGER, 2017, p. 1).

Sendo assim, a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho não se altera exclusivamente por conta da entrada de um núcleo familiar em um programa de transferência de renda. O que se tem comprovado através de pesquisas sobre os impactos do PBF no mercado de trabalho, é que o programa incentiva o empreendedorismo, pois cerca de 75,4% dos beneficiários do programa em 2014 estavam trabalhando e 350 mil se tornaram microempreendedores (PORTAL BRASIL, 2014).

O presidente da República Michel Temer em sua atual gestão tem desenvolvido medidas que incentivam o empreendedorismo, estas medidas são apontadas como uma das principais alternativas de integração no mercado de trabalho formal, para os beneficiários do PBF e de outros programas sociais (PORTAL LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, 2016). Nesse contexto, foi criado o Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas, o artigo 15º da Lei Complementar nº 155/2016 afirma que este tem por objetivo “promover a cidadania e melhorar as condições de vida e de renda de empreendedores em situação de pobreza (...)” (BRASIL, 2016, p.11). Este programa se volta para os sujeitos inscritos no Cadastro Único (CADÚNICO) e que desenvolvem “atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual - MEI (...)” (BRASIL, 2016, p.11).

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas prevê o repasse de até R\$ 2,4 mil reais para que os sujeitos possam investir em seus negócios e representa um incentivo para que os beneficiários do PBF, que se encontram na informalidade possam legalizar a sua atividade comercial. O potencial do programa supracitado para a geração de trabalho e renda levou o governo federal, desde a gestão da ex-presidente da República Dilma Rousseff, a apontá-lo como uma das principais alternativas para a integração produtiva e previdenciária dos sujeitos, priorizando aqueles que são beneficiários do PBF. A partir daí, entre 2011 e 2015 surgiram 247.373 novos Microempreendedores Individuais (MEIs) que eram beneficiários do PBF (MOREIRA, 2013).

Ao analisar através da perspectiva de gênero o universo dos MEIs-PBF (Microempreendedores Individuais beneficiários do Programa Bolsa Família), a partir de dados fornecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), foi possível perceber que em 2011 cerca de 50,2% dos beneficiários do PBF eram microempreendedoras pertencentes ao sexo feminino e 45,3% pertenciam ao sexo masculino. Vale destacar que grande parte das atividades regulamentadas

pela Lei Complementar (LC) 128/2008 são executadas por mulheres, por abranger na maioria dos casos o setor de serviços (SEBRAE, 2011 *apud* MOREIRA, 2013). Todavia, é importante se problematizar se a transformação do beneficiário do PBF em microempreendedor tem contribuído com o aprofundamento da precarização das relações trabalhistas.

Na atual sociedade de mercado o empreendedorismo tem sido incentivado mediante a propagação da ideia de que o importante é trabalhar, mesmo que isso não signifique acesso ao emprego assalariado, situação que se aprofunda devido o alto índice de desemprego. Nesse íntere se transfere para o sujeito a responsabilidade de se inserir e permanecer no mercado, logo a insegurança vivenciada pelos sujeitos que possuem microempreendimentos em relação às suas permanências no mercado, fomenta a competição entre estes trabalhadores acarretando a fragilização de sua organização enquanto classe (LIRA, 2006).

A responsabilização do indivíduo por vivenciar situações de privações total ou parcial caracteriza a atual conjuntura, no entanto existe uma falta de percepção por parte da elite conservadora e do Estado de que na maioria das vezes os sujeitos em condição de pobreza/extrema pobreza, se encontram impossibilitados de transformar por si só as condições de vida que vivenciam, uma vez que os obstáculos que os limitam geralmente são situações que dizem respeito às dificuldades de se inserir e permanecer na escola, de acesso ao trabalho assalariado entre outros, ou seja, problemas estruturais que se encontram acima de suas capacidades de controle (REGO; PINZANI, 2014).

É válido destacar que o simples acesso à renda garantida pelo PBF por si só, não pode transformar as condições de vida dos sujeitos por conta do baixo valor que incorpora. Daí a necessidade do PBF estabelecer intersectorialidade com outros programas sociais que proporcionem o acesso a moradia digna; cultura; serviços sociais básicos de qualidade com uma cobertura que abarque a totalidade da vida dos seus usuários; educação emancipatória; valores éticos e políticos emancipatórios, que orientem a forma como Estado constrói as políticas sociais, entre outros quesitos (REGO; PINZANI, 2014).

De modo geral, conforme os dados supracitados os beneficiários do PBF são sujeitos carentes em vários aspectos, a saber, de qualificação profissional; de escolarização; de vínculos empregatícios estáveis; de remuneração que satisfaçam as necessidades de sua família, entre outras coisas. A transferência de renda feita por este programa representa para as suas beneficiárias uma possibilidade de mudança de suas condições de vida, contudo ainda há muito que se avançar em relação à construção de estratégias que superem os entraves supracitados e outras questões estruturais, que fragilizam a autonomia necessária para que as mulheres beneficiárias do PBF possam comandar as suas vidas e deliberar a sua própria

pauta na defesa de seus interesses.

4 | CONCLUSÃO

Sobre as relações de gênero no âmbito do PBF, foi possível perceber que a estrutura do programa faz uma abordagem limitada sobre as relações afetivas no âmbito familiar, pois estas se restringem a relação entre o homem e a mulher, no entanto sabe-se que as múltiplas configurações que a família apresenta atualmente, engendra um universo de relações que não se restringem à primeira. Sendo assim, se faz necessário que a Política Nacional de Assistência Social e os gestores do Sistema Único de Assistência Social, incorporem um entendimento mais amplo sobre as questões de gênero, nas estruturas dos programas sociais circunscritos na política de Assistência Social, especificamente na estrutura do PBF, tendo em vista o enfrentamento as mais diversas formas de desigualdades.

Em relação à centralidade assumida pela família na política de Assistência Social e no PBF, percebe-se uma carência de discussões sobre o conjunto das desigualdades, subalternidade e explorações que perpassam as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar, pois ao entenderem a família de forma genérica e abstrata, os gestores da política e do programa supracitado desconsideraram as particularidades que encerram as relações gênero e os arcabouços de poder presentes nas famílias.

Outro fator é o usufruto de relativa independência financeira por parte das beneficiárias do PBF, embora o benefício tenha sua importância na vida das mesmas, o seu valor ainda é muito baixo para proporcionar autonomia financeira e individual às mesmas. Os dados estatísticos mostraram que a maioria dos beneficiários do PBF apresentou um baixo nível de escolaridade, todavia esta realidade tem mudado ao longo dos anos, pois este segmento tem vivenciado muitos avanços em relação à queda da taxa do abandono escolar, aumento dos rendimentos escolares, entre outros fatores, por conta do atendimento as condicionalidades do programa.

Contudo, é importante que se viabilize condições para que os rendimentos dos alunos se situem para além da mera reprodução dos conteúdos repassados, pois a formação dos sujeitos deve estar pautada em uma ideologia educacional emancipatória, formadora de sujeitos críticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nº8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm>. Acesso em 27 de Abril de 2017.

_____. Lei 12.470, de 31 de Agosto de 2011. Altera os arts. 21 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 31 de Agosto de 2011.

_____. Lei complementar nº 155, de 27 de Outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2016.

BRASIL ECONÔMICO. **Desemprego atinge 13,5 milhões de brasileiros; maior taxa desde 2012**, 2017. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2017-03-31/desemprego-dados-ibge.html>>. Acesso em 28 de Abril de 2017.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, v. 4, n. 2, 2002.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA DE**. 2010.

DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Antônia Camila. Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 35, p. 375-400, jan/jun. 2016.

DOS SANTOS, Sales Augusto. DEUS-DINHEIRO: DA PSEUDO EQUIVALÊNCIA À DISSIMULAÇÃO DO PRECONCEITO. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2007.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **O sujeito feminino nas políticas de assistência social**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O MITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-255.

IORIO, Cecília. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos**. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p. 21-44.

KLEIN, Carin. The production of maternity in the Bolsa-Escola Program. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 31-52, 2005.

LIMA, Antônia Jesuíta de et al; SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (Coord.). **O BOLSA FAMÍLIA: NO ENFRENTAMENTO À POBREZA NO MARANHÃO E PIAUÍ**. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008.

LIRA, Izabel Cristina Dias. **Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmitificando a informalidade**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, São Luís, MA: FAPEMA, 2006, 207 p.

MDSA- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Conselho Nacional de Assistência Social. **Curso mais elevado que a pessoa frequentou**, 2017. Disponível em:< http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad_brasil.php?p_forma=1&p_frequencia=1>. Acesso em 19 de Abril de 2017.

MARIANO, Silvana. Uma perspectiva de gênero sobre o combate À pobreza no Programa Bolsa Família/Brasil. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, V., 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Asociación Latino americana de Ciência Política (ALACIP), 2010.

_____. Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no programa Bolsa Família. **Gênero**, v. 9, n. 1, p. 1-33, 2012. Disponível em:<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/99/75>>. Acesso em 13 de Março de 2017.

MOREIRA, Rafael de Farias Costa. Empreendedorismo e inclusão produtiva: uma análise do perfil do microempreendedor individual beneficiário do programa bolsa família. **Radar**, Brasília, n. 25, 2013. Disponível em:< <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/177/Empreendedorismo%22e%20Inclus%c3%a3o%20Produtiva.pdf?sequence=1>>. Acesso em 17 Abril de 2017.

PORTAL BRASIL. **Bolsa Família**: 75,4% dos beneficiários estão trabalhando. CIDADANIA E JUSTIÇA, 2014. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>>. Acesso em 20 de Abril de 2017.

PORTAL LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. **Programa prevê liberar até R\$ 2,4 mil para MEI**. Notícias, 2016. Disponível em:< <http://www.leigeral.com.br/novidades/detalhes/6847-programa-preve-ajuda-de-ate-r-2-4-mil-a-mei>>. Acesso em 25 de Abril de 2017.

PORTAL MERCADO ABERTO. **Microempreendedor tem até o final o mês para apresentar a declaração do Simples Nacional**. Notícias, 2017. Disponível em:< <http://www.portalmercadoaberto.com.br/noticias-det?noticia=8624>>. Acesso em 1 de Maio de 2017.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **VOZES DO BOLSA FAMÍLIA**: autonomia, dinheiro, cidadania. 2ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Entrevistas.

ROUSSEFF, Dilma. Dilma Rousseff: A luta das mulheres. **CartaCapital**. São Paulo, 07 de Mar. 2017. Sociedade. Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-rousseff-a-luta-das-mulheres>>. Acesso em Abril de 2017.

SEVERINAS. Produção: CAPAI, Eliza. Piauí: Agência Pública, 2013. 1 Vídeo youtube (10 minutos). Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=vt62puheABw>>. Acesso em Abril de 2017.

SINGER, Paul. Paul Singer: acabar com o Bolsa-Família seria uma crueldade: depoimento. **Estadão**, São Paulo, 30 de junho 2009. Política, p. 1. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,paul-singer-acabar-com-o-bolsa-familia-seria-uma-crueldade,395562>>. Acesso em 21 de Abril de 2017.

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal e suas funções sociais. **PRAIA VERMELHA**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 21-36, jan./jun. 2010.

TEMER, Michel. **MICHEL TEMER 37º presidente do Brasil**. 2017. Disponível em:< <http://micheltemer.com.br/biografia/>>. Acesso em 8 de Maio de 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidente 39, 272, 274

Adoção 48, 147, 237, 273, 274, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349

Adolescente 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 314, 340

Assistência Social 19, 20, 21, 24, 46, 47, 51, 53, 54, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 123, 124, 171, 223, 226, 249, 250, 252, 253, 260, 261, 264, 266, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 299, 314, 315, 320, 321, 323, 324, 350

Assistente Social 21, 54, 115, 168, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 225, 227, 230, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 281, 286, 287, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 313, 314, 317, 320, 321, 322, 323, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 350

B

Bolsa Família 18, 63, 64, 66, 68, 70, 73, 74, 284

Brasil 1, 4, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 121, 122, 126, 127, 130, 141, 142, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 186, 193, 209, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 229, 233, 237, 241, 242, 247, 249, 250, 253, 255, 257, 258, 264, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 280, 285, 291, 295, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 348

Brasileira 1, 4, 5, 7, 10, 12, 18, 20, 21, 34, 35, 39, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 56, 58, 75, 78, 83, 96, 101, 102, 103, 104, 106, 113, 121, 123, 126, 127, 142, 144, 150, 153, 154, 160, 161, 163, 185, 191, 192, 193, 195, 207, 209, 210, 223, 231, 232, 233, 234, 237, 242, 248, 253, 257, 258, 281, 296, 300, 316, 317, 324, 338, 339, 342, 344, 346, 347, 348, 349

Brasileiro 2, 8, 9, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 33, 35, 38, 40, 47, 48, 50, 58, 65, 66, 70, 98, 115, 121, 122, 124, 127, 142, 145, 150, 161, 167, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 229, 234, 235, 242, 253, 254, 255, 257, 259, 265, 266, 272, 273, 275, 277, 280, 296, 305, 338, 342, 344, 346, 348

C

Cidadania 14, 17, 18, 20, 24, 27, 29, 30, 32, 42, 44, 46, 55, 63, 67, 70, 74, 123, 124, 131, 132, 134, 140, 145, 163, 187, 214, 244, 278, 279, 291, 315, 318, 320, 323, 327

Classe 2, 3, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 53, 54, 56, 59, 62, 71, 76, 77, 79, 84, 86, 117, 118, 121, 125, 126, 127, 144, 145, 146, 150, 153, 154, 156, 157, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 180, 186, 211, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 255, 256, 257, 265, 286, 287, 291, 295, 301, 304, 306, 307, 308, 309, 326, 327, 329, 330, 333, 334, 335, 343, 348

Classes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 14, 15, 16, 21, 28, 29, 31, 34, 39, 40, 43, 54, 57, 117, 118, 119, 122, 125, 126, 127, 145, 146, 148, 152, 153, 154, 160, 168, 178, 179, 180, 222, 232, 234, 242, 247, 306, 307, 308, 310, 311, 329, 333, 335, 348

Conservadorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 49, 122, 126, 209, 211, 226, 235, 238, 242, 291

Contrarreforma 57, 61, 104, 105, 114, 149, 220, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 242, 253, 266

Controle Social 53, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 94, 96, 97, 101, 110, 113, 123, 124, 156, 157, 159, 160, 162, 167, 168, 257, 266, 293, 318

Criança 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 168, 314, 321, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348

D

Desigualdade 4, 21, 45, 56, 57, 59, 60, 62, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 227, 235, 237, 257, 258, 317, 330, 339

Dimensão 2, 3, 114, 118, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 219, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 249, 251, 253, 255, 274, 279, 309, 323, 324, 329

Dimensão Investigativa 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210

Direitos 6, 12, 13, 17, 19, 20, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 68, 73, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 111, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 130, 145, 149, 156, 165, 166, 167, 169, 186, 189, 198, 201, 207, 211, 216, 219, 220, 224, 225, 229, 230, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 253, 257, 258, 271, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 315, 318, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 333, 334, 335, 336, 337, 347, 348, 350

Drogas 102, 131, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 321

E

EBSERH 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114

Educação 17, 18, 19, 20, 21, 58, 66, 67, 70, 71, 78, 89, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 106, 107, 110, 112, 113, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 186, 191, 193, 200, 214, 223, 226, 229, 242, 249, 250, 253, 258, 259, 264, 267, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 291, 314, 316, 317, 339, 340, 342

Encarceramento 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169

Escravidão 36, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55

Escravo 37, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55

Estado 3, 6, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 48, 56, 62, 65, 66, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 86, 90, 96, 97, 101, 104, 105, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 142, 144, 145, 157, 159, 163, 165, 167, 168, 169, 180, 181, 182, 208, 211, 220, 221, 222, 233, 234, 235, 240, 244, 247, 255, 256, 258, 259, 260, 262, 263, 266, 268, 277, 279, 281, 284, 285, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 299, 304, 313, 314, 315, 316, 319, 320, 324, 327, 328, 329, 330, 333, 334, 335

Estágio 36, 42, 156, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 226, 269, 270, 278, 281, 284, 287, 289, 290, 301

F

Família 4, 18, 25, 28, 29, 31, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 81, 84, 90, 95, 96, 138, 146, 150, 153, 163, 167, 172, 174, 179, 181, 192, 205, 244, 252, 261, 278, 285, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 340, 347, 350

Formação 1, 2, 6, 7, 8, 14, 20, 25, 26, 30, 38, 47, 48, 49, 72, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 109, 113, 116, 118, 119, 130, 131, 132, 134, 135, 138, 140, 141, 144, 149, 153, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 241, 242, 249, 253, 270, 279, 280, 283, 285, 287, 290, 291, 293, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 305, 310, 321, 323, 330, 341, 342, 343, 347

G

Gênero 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 85, 149, 156, 210, 220, 232, 235, 297, 303, 304, 311, 330

Gestão 4, 12, 17, 20, 30, 51, 70, 79, 80, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 149, 154, 170, 171, 174, 181, 187, 204, 226, 235, 245, 246, 248, 257, 262, 265, 267, 298, 299, 318, 321, 322, 324, 336, 347

H

Hegemonia 1, 5, 6, 8, 11, 19, 21, 115, 118, 119, 120, 125, 126, 156, 209, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 248

I

Ideologia 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 17, 18, 63, 72, 81, 115, 117, 118, 145, 236, 238, 295, 315, 341

Indicador 191, 243, 245, 249, 250, 252, 261, 323

Instrumentalidade 198, 199, 200, 202, 207, 251, 313, 314, 323

L

Luta 1, 3, 5, 6, 10, 13, 20, 31, 32, 38, 40, 41, 43, 54, 56, 58, 61, 74, 76, 77, 79, 84, 85, 86, 114, 125, 126, 127, 154, 156, 209, 219, 220, 221, 226, 227, 232, 234, 239, 242, 259, 306, 309, 310, 311, 334, 346, 348

M

Matricial 35, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

Mercado de Trabalho 30, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 69, 70, 146, 147, 164, 185, 197, 214, 215, 216, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 273, 295, 296, 298, 315, 316

Microssseguro 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182

MST 224, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312

Mulher 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 72, 84, 127, 317

Multiprofissional 109, 208, 209, 213, 350

N

Negra 155, 157, 159, 160, 167, 168, 338, 339, 340, 341, 344, 345, 346, 347
Negras 167, 338, 339, 340, 341, 344, 346, 347
Negro 160, 341, 343, 344, 345, 346, 348, 349
Negros 145, 153, 162, 297, 339, 341, 345, 348, 349
Neoliberal 17, 18, 57, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 87, 104, 105, 114, 116, 122, 156, 163, 197, 219, 220, 223, 234, 235, 236, 238, 256, 257, 258, 259, 291, 295, 317, 326, 327, 328, 334, 335
Neoliberalismo 13, 40, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 104, 119, 122, 131, 160, 217, 218, 219, 224, 233, 234, 258, 286

P

Pedagógica 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 191, 204, 279
PNH 88, 89, 92, 94, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113
Política 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28, 30, 32, 33, 39, 41, 43, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 61, 62, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 134, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 185, 186, 191, 197, 199, 201, 204, 205, 207, 209, 211, 214, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 261, 264, 266, 267, 276, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 292, 294, 295, 299, 300, 301, 304, 306, 308, 309, 310, 316, 318, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 336, 340, 348, 350
Política Social 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 32, 33, 78, 82, 84, 98, 101, 130, 170, 223, 225, 229, 241, 242, 254, 259, 267, 316, 322, 323, 324, 325, 350
Proibicionismo 155, 157, 159, 160, 161, 162, 166, 168
Proibicionista 157, 158, 160, 161, 162
Projeto Ético Político 114, 184, 185, 186, 190, 210, 211, 239, 287
Proteção Social 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 77, 87, 108, 174, 175, 180, 249, 250, 258, 261, 262, 266, 313, 314, 315, 316, 318, 320, 324, 325

Q

Questão Social 10, 14, 15, 17, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 54, 55, 59, 77, 87, 102, 123, 127, 156, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 214, 218, 219, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 248, 250, 258, 267, 270, 278, 280, 286, 291, 295, 296, 298, 308, 318, 328, 329, 330, 334, 336

R

Racismo 122, 166, 226, 338, 339, 341, 343, 344, 346, 347, 348, 349
Reforma 13, 20, 21, 32, 42, 45, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 70, 87, 90, 101, 102, 104, 105, 113, 114, 181, 182, 222, 231, 232, 233, 235, 241, 242, 255, 256, 259, 309, 310, 311, 332
Renda 13, 18, 32, 55, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 131, 146, 149, 167, 182, 262, 264, 272, 277, 288, 303, 316, 322

S

Saúde 17, 18, 19, 20, 21, 32, 38, 51, 66, 67, 75, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 123, 131, 138, 148, 159, 161, 162, 165, 172, 180, 216, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 261, 263, 264, 266, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 286, 296, 314, 315, 316, 317, 321, 324, 329, 340, 350

Segurança 17, 30, 31, 38, 85, 100, 120, 159, 162, 163, 171, 180, 182, 239, 261, 262, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 300, 315, 316, 332

Serviço Social 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 32, 34, 44, 45, 46, 54, 55, 62, 73, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 113, 114, 115, 127, 153, 156, 168, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 313, 314, 320, 321, 323, 324, 326, 327, 328, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 341, 347, 348, 350

Sociedade 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 49, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 108, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 141, 145, 147, 153, 154, 157, 159, 165, 168, 169, 181, 185, 190, 191, 196, 197, 207, 209, 210, 211, 220, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 247, 250, 253, 255, 257, 258, 259, 269, 270, 277, 279, 280, 285, 291, 296, 297, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 318, 322, 323, 324, 330, 333, 334, 335, 336, 338, 344, 345, 346, 347

Sociedade Civil 25, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 105, 106, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 139, 221, 222, 258, 296, 324, 333, 334

Sociojurídico 336, 337, 338, 347

Sócio jurídico 326, 327, 332

SUAS 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 18, 20, 23, 26, 27, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 63, 64, 67, 68, 71, 74, 77, 82, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 106, 108, 109, 114, 117, 120, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 138, 140, 145, 148, 149, 152, 153, 156, 158, 160, 162, 167, 176, 177, 185, 187, 190, 197, 201, 211, 214, 220, 221, 222, 224, 226, 233, 236, 237, 245, 246, 248, 249, 251, 255, 257, 261, 263, 264, 267, 270, 271, 275, 279, 280, 284, 286, 289, 300, 302, 303, 306, 307, 310, 311, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 323, 334, 335, 339, 345

SUS 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 272, 281

T

Trabalho 2, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61,

62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 120, 122, 131, 135, 137, 139, 140, 142, 146, 147, 152, 156, 159, 164, 167, 170, 173, 175, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 342

Trânsito 68, 255, 259, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

 **Atena**
Editora

2 0 2 0